



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000770-28.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica - Bens Permanentes – Livros.

**DESPACHO Nº 1461 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) ([1001690](#)), objetivando a aquisição de livros, e-book e publicações bibliográficas com o fito de atualizar o acervo bibliográfico deste Tribunal para atendimento aos usuários externos e internos (servidores, magistrados e colaboradores) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, por meio do **Sistema de Dispensa Eletrônica**, conforme previsto no art. 3º do art. 75, da [Lei 14.133/2021](#), regulamentado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 860/2023 ([1002000](#)), concluiu que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD inicial ([1001922](#)), a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º ao art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo a unidade demandante, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Carreou-se ao processo novo DFD ([1019984](#)) com correção de erro material relativo ao processamento do feito por dispensa eletrônica e versões finais da informação conclusiva sobre o valor estimado ([1069442](#)) e do Termo de Referência ([1077250](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 31.184,78 (trinta e um mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos), valor obtido a partir de pesquisa com sítios de domínio amplo registrados em tabela constantes na Informação Conclusiva do Valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Estimado da Contratação - ICVEC juntada, em sua última, versão ao evento de n. [1069442](#).

Os autos foram remetidos à SAC, para análise do Termo de Referência, COFC para programação orçamentária e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([1077325/1078433](#)).

A SPOF juntou Programação Orçamentária ([1079876](#)) no valor de R\$ 31.184,78 (trinta e um mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos) para custear a despesa, contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A SAC, após análise formal, atestou que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 4/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM** ([1077250](#)) - complementado pela Informação Conclusiva ([1069442](#)) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação ([1078304](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 252/2023 ([1081668](#)), opinou, em síntese, pela aprovação de todos os documentos integrantes da fase de planejamento da contratação e pela possibilidade da contratação pretendida por meio de Dispensa Eletrônica, nos termos disciplinados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022 com utilização da estimativa de preços concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

Autorizada a Dispensa Eletrônica pelo titular da SAOFC ([1082164](#)), a ASLIC deu continuidade da tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica n. 30/2023 no PNCP, no sistema comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal ([1084104](#)), juntada do relatório de ocorrência contendo informação acerca do julgamento das propostas ([1087411](#)), resultado por fornecedor ([1087412](#)) e juntada dos documentos relativos a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das proponentes que tiverem suas propostas aceitas para aquisição das 161 obras ([1087413](#), [1087414](#), [1087415](#), [1087417](#) e [1087420](#)).

Juntou-se aos autos, também, extrato do resultado ([1087847](#)) e relatório da ASLIC ([1087885](#)) certificando as principais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrências do certame, registrando-se que não houve proposta para os itens 66 e 69, que restaram desertos.

Instada a se manifestar acerca do procedimento da dispensa eletrônica, a assessoria jurídica da SAOFC atestou a regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, manifestando-se pela possibilidade da adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 30/2023 às empresas **FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, CNPJ nº 47.897.601/0001-03, PRIDE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 48.829.387/0001-10, JM COMERCIO LTDA, CNPJ nº 49.531.675/0001-56, MULTI BOOKS LTDA, CNPJ nº 02.117.769/0001-10, CRUZ NVM CONSULTORIA 7 GESTAO LTDA, CNPJ nº 44.618.007/0001-03**, com homologação do certame pela autoridade competente, registrando que os **itens 66 e 69** restaram **desertos** e a necessidade da unidade demandante avaliar a adoção de medidas previstas no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([1089287](#)).

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos elementos constitutivos da etapa de planejamento (DFD - [1001922](#), TR - [1077250](#) e ICVEC - [1069442](#)), pela autorização da despesa, assim como pela adjudicação do objeto da Dispensa Eletrônica e homologação do resultado nos exatos contornos registrados na planilha elaborada pela ASLIC ([1087411](#)) às empresas proponente do menor valor para cada item, e homologação do certame ([1089862](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Conforme consta no item 3 do Termo de Referência de evento n. [1077250](#), há necessidade da aquisição pretendida para suprir o atendimento das necessidades de informações indicadas por servidores que, é essencial à continuidade da prestação de atendimento aos servidores e usuários externos, com atualização do acervo da Biblioteca, o que vai ao encontro do objetivo do aperfeiçoamento da gestão de pessoas.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de **R\$ 31.184,78 (trinta e um mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e oito centavos)** está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Considerando o comando expresso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

### **Seção III**

#### **Da Dispensa de Licitação**

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#) [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e **II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES/ME:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

**II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).**

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que, o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados respectivamente em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 31.184,78**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no §3º do art. 75 da Lei n. 14.133/021, procedimento normatizado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Do caderno processual, extrai-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatório de ocorrências/propostas ([1087411](#)) e, ao final, juntou o Relatório nº 60/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1087885](#)), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, definiu-se as ofertantes do menor preço para os itens objeto de aquisição, sendo aceitas a propostas no valor total de R\$ 26.562,625 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) aceita pelo agente de contratação, restando deserto para os itens 66 e 69 (. Nova lei de licitações comentada e comparada: artigo por artigo! e Manual de investigação digital).

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 275/2023 ([1089287](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 30/2023, à empresa **FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, CNPJ nº 47.897.601/0001-03, PRIDE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 48.829.387/0001-10, JM COMERCIO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**LTDA, CNPJ nº 49.531.675/0001-56, MULTI BOOKS LTDA, CNPJ nº 02.117.769/0001-10 e CRUZ NVM CONSULTORIA 7 GESTAO LTDA, CNPJ nº 44.618.007/0001-03**, com preço final de R\$ 26.562,625 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) cotantes dos menores preços para os itens objeto de contratação, nos exatos contornos registrados no relatório elaborado pelo agente de contratação ([1087412](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1087885](#)), e via de consequência, pela **homologação da contratação direta pela autoridade competente**. Registrou, ainda, quanto aos **itens 66 e 69**, que restaram **desertos**, que a unidade demandante avalie a adoção das medidas previstas no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022.

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, registrando-se, tão somente, dois itens desertos.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1084104](#)).

Considerando tratar-se de bens com entrega imediata não havendo obrigações futuras, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 95 da Lei nº 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento ([0981838](#))**, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, de acordo com o item 91 do TR ([1077250](#)) sendo de boa prática o envio de cópia do Termo de Referência às empresas contratadas.

Desse modo, conclui-se que, apesar de deserto para os itens 66 e 69 o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório ASLIC ([1087885](#)), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

**1 - Aprovo o Termo de Referência nº 4/2023 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM (1077250)**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1069442**, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II da lei nº 14.133/2022, processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;

**4 - ADJUDICO** os itens as empresas proponentes, já que demonstradas nos autos condições para contratação com o setor público e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 26.562,625 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos) e favor das empresas habilitadas:

a) **FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, CNPJ nº 47.897.601/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087414](#)), tendo sido proponente dos menores valores para os itens: 02, 03, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 76, 77, 78, 79, 80, 90, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 125, 126, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158 e 161, totalizando o valor ofertado para os itens de menor cotação o valor de **R\$ 16.498,73 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta três centavos)**;

b) **PRIDE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 48.829.387/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087420](#)), tendo sido proponente dos menores valores para os itens: 01, 23, 24, 25, 26, 27, 73, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 98, 99, 105, 106, 114, 116, 117, 120, 121, 141, 142 e 143, totalizando o valor ofertado para os itens de menor cotação o valor de **R\$ 4.910,00 (quatro mil e novecentos e dez reais)**;

c) **JM COMERCIO LTDA, CNPJ nº 49.531.675/0001-56**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087415](#)), tendo sido proponente dos menores valores para os itens: 05, 09, 71, 72, 74, 75, 81, 82, 91, 92, 93, 112, 113, 115, 118, 122, 131, 134 e 156, totalizando o valor ofertado para os itens de menor cotação o valor de **R\$ 2.290,00 (dois mil e duzentos e noventa reais)**;

d) **MULTI BOOKS LTDA, CNPJ nº 02.117.769/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087417](#) e [1088865](#)), tendo sido proponente dos menores valores para os itens: 04, 12, 35, 41, 95, 124, 146, 151, 159 e 160, totalizando o valor ofertado para os itens de menor cotação o valor de **R\$ 2.227,68 (dois mil e duzentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos)**;

e) **CRUZ NVM CONSULTORIA 7 GESTAO LTDA, CNPJ nº 44.618.007/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087413](#)), tendo sido proponente dos menores valores para os itens: 119, 123, 127 e 128, totalizando o valor ofertado para os itens de menor cotação o valor de **R\$ 636,21 (seiscentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos)**;

**5 - HOMOLOGO o certame com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e**

**6 - DETERMINO** a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À **SEPM** para se manifestar, relativo aos itens 66 (Nova lei de licitações comentada e comparada: artigo por artigo! - Matheus Carvalho, João Paulo Oliveira e Paul Germano) e 69 (Manual de investigação digital - Guilherme Caselli) **desertos, quanto a adoção das medidas alternativas previstas** § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 07/12/2023, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1093034** e o código CRC **1B4FFABD**.